

A DÍVIDA PÚBLICA DA BAHIA NO PERÍODO DE 1998 A 2002: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL PARA O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS DO ESTADO.

RESUMO

Após a estabilização do Plano Real no Brasil, ocorreu a crise fiscal no país, que foi marcada, entre outras coisas, por uma aguda crise financeira dos Estados e Municípios. Este artigo tem o objetivo de compreender a relação entre a dívida pública do Estado da Bahia e o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal aderido pelo Estado a partir de 1998. Para isso, foram analisadas as bases ideológicas para a crise fiscal; foi apresentada a composição da dívida Estadual e os fatores que provocaram o seu aprofundamento; foi feito um levantamento das reformas estruturais, que levaram a privatizações e fusões de Órgãos e Entidades, estancando gargalos de gastos e auferindo ganhos com venda de ativos; foram exibidas as políticas do Programa de Estabilidade, proposta pelo governo para evitar a fuga de capitais do país, e; por fim foram analisados, a partir das medidas anteriores, os impactos provocados na dívida pública do Estado da Bahia. Com o presente estudo, chegou-se a conclusão de que o programa de ajuste fiscal no Estado da Bahia, no período de 1998 a 2002, favoreceu o equilíbrio das contas públicas, gerando crescimento das receitas e redução das despesas.

INTRODUÇÃO

A crise fiscal brasileira posterior à estabilização do Plano Real foi marcada, entre outras coisas, por uma aguda crise financeira dos Estados e Municípios. Entretanto os últimos sempre possuíam menos alternativas para o seu endividamento, por isso na maioria dos casos enfrentavam uma restrição de crédito que os obrigavam a manter as suas contas públicas equilibradas. Embora em algumas situações possam ocorrer desequilíbrios, que se reflete nos atrasos dos pagamentos no funcionalismo público. Já no caso dos Estados, com facilidades de financiamento e a força dos governadores, permitiram, historicamente, a existência de déficits elevados e, por conseguinte, o desajuste fiscal. Os principais fatores de desajuste fiscal dos Estados foram basicamente àqueles ligados ao aumento do gasto com o funcionalismo, associado à concessão de reajustes salariais em percentuais superiores aos suportados pelas finanças estaduais.

No período de 1995 a 1998, muito se falou, em nível nacional, na necessidade de aprovar as chamadas “reformas estruturais”, como forma de resolver, definitivamente, o problema fiscal brasileiro, assim compreendido: Governo Central, 26 Estados e o Distrito Federal e mais 5.500 Municípios. A idéia é que a solução do problema fiscal implicaria, por um lado, na adoção de uma postura fiscal ortodoxa por parte do governo, mas, por outro, teriam, nas mãos, os instrumentos para que essa postura pudesse efetivamente traduzir-se em uma redução do déficit público.

O governo federal brasileiro apresentou, em 1998, o Programa de Estabilidade Fiscal, cujo objetivo imediato era acalmar o mercado financeiro internacional, evitando a fuga de capitais do país. O outro objetivo do programa foi à busca do “equilíbrio fiscal”, onde o Estado não possa gastar mais do que arrecada, a fim de que a economia do país passasse a crescer de forma sustentável, melhorando as condições de vida da população. Neste artigo serão analisadas no primeiro momento, as bases ideológicas para a crise fiscal, logo após será analisado como se compõem a dívida Estadual e os fatores que provocaram o seu aprofundamento. Na terceira parte serão apresentadas as políticas do Programa de

Estabilidade proposta pelo governo. E para finalizar serão analisados, a partir dessas medidas, os impactos provocados na dívida pública do Estado da Bahia.

A IDEOLOGIA DA CRISE FISCAL

A corrente neoliberal do Consenso de Washington busca uma conceituação de crise fiscal a partir da crítica ao papel do Estado na economia, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial. As crises econômicas teriam como eixos determinantes, fatores externos à economia de mercado. Nas décadas de 1990 o processo de reintegração latino americano, na dinâmica da economia internacional foi impressionante. Para os neoliberais o modelo de desenvolvimento por substituição de importações tinha alcançado seus limites, por que as condições internacionais mudaram e as finanças públicas do Estado intervencionista contribuíam muito mais para um quadro recessivo da economia, principalmente pela hiperinflação verificada na maioria dos países da região, entre os anos de 1980 e 1990. A crítica, portanto, ao grau de intervenção estatal na região já denotava os contornos do que se pretendia: adotar uma filosofia de gestão pública fiscalista na qual os desequilíbrios orçamentários eram apontados como os principais responsáveis pela crise do Estado e ineficiência dos mercados.

Com a crise econômica que atingiu as economias afetavam diretamente o orçamento do Estado, as duas formas para financiar os déficits orçamentários seriam pela emissão monetária ou pelo endividamento público. A primeira alternativa provocaria uma elevação nos preços, e no caso do Brasil que já enfrentava o problema da inflação, esta opção já estava descartada. Com relação ao endividamento público, haviam muitas preocupações também, porque quanto mais o Estado promove a expansão da dívida pública, maior vai ser a concorrência com a iniciativa privada pela poupança líquida disponível para empréstimos e financiamento. O efeito provocado por dessa situação, seria uma redução nos investimentos privados e, conseqüentemente, a retração do ritmo de crescimento. Com base nesta avaliação de causa e efeito, os neoliberais buscam culpar, principalmente o Estado, pela crise econômica na América Latina.

O diagnóstico apresentado recomendava como prioridades, um pacote de medidas reformistas para a América Latina: contenção dos gastos públicos; a redução da dívida pública; privatizações; abertura comercial, para estimular a concorrência e diminuir os custos para as empresas; abertura financeira, ampliando a perspectiva de mercado para os bancos e demais atores institucionais, como forma de diminuir os custos financeiros; e a reforma do setor público, para reduzir o tamanho do Estado e estimular os investimentos das atividades privadas e não governamentais (SANTOS, 1998). Controlar o déficit e a dívida pública não representa políticas suficientes; os desequilíbrios orçamentários precisam ser anulados de vez. É preciso, portanto, diminuir o tamanho do Estado. Desta maneira, as privatizações e a reforma do Estado são elementos vitais para a solução da crise fiscal.

Tratando do Brasil, a filosofia política que guiará o projeto de reforma do Estado, a partir da segunda metade da década de 1990, pode ser definida como “Social Liberal”. Seria a combinação de uma “limitada intervenção do Estado no plano econômico e uma firme presença na área social com a crença no mercado e na formulação e execução de reformas orientadas para o mercado” (BRESSER PEREIRA, 1996, p.24). Em *Crise econômica e reforma do estado no Brasil* (1996a), Bresser Pereira – que fez parte da Administração Federal e Reforma do Estado, no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso – busca distinguir-se da abordagem do Consenso de Washington sobre a

interpretação e diagnóstico da crise econômica latino – americana. Todavia, seu ponto de partida é o mesmo: a crise econômica regional é uma crise do Estado. A solução para crise seria amplas reformas econômicas e do Estado voltadas para o desenvolvimento dos mercados.

A questão central que determina, portanto, a crise do Estado passa pelos sucessivos déficits públicos, que levam, conseqüentemente, à exaustão das poupanças públicas. No geral, as economias latino-americanas apresentaram baixo crescimento econômico, desequilíbrios orçamentários e elevação da dívida pública, na década de 1980, que impactaram através de uma inflação crônica e diminuíram o nível de poupança agregada. Para agravar a situação, os desequilíbrios do setor público exigiram emissões monetária que provocaram pressões sobre os níveis inflacionários. Assim para os “sociais-liberais”, quanto mais crescesse a dívida pública e o instrumento para seu financiamento fosse recorrentes emissões monetárias, causariam desvalorização da moeda e a diminuição da credibilidade do Estado junto aos mercados.

Em linhas gerais, não há como distinguir as duas concepções. O diagnóstico da crise torna-se o mesmo, em ambas as correntes. A crise fiscal é tratada da mesma maneira e a sua solução, no caso da proposta “social – liberal”, é ainda mais abrangente. Em poucas palavras, enquanto o *Consenso de Washington* prescreveu as linhas mais gerais, os “sociais – liberais” encontraram a maneira de propor, concretamente, a execução do programa de reformas, na América Latina e no Brasil, em especial, na década de 1990. Em suma as duas abordagens partem de diagnósticos similares, a crise do Estado, diferenciando-se rasteiramente em suas causas, chegam aos mesmos programas de reformas.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ESTADUAL

Os três componentes principais do endividamento estadual são a dívida mobiliária, a dívida com a União e a dívida com as instituições financeiras estaduais, sendo que elas possuíam diferenças significativas nas suas condições.

Dívida Mobiliária

Entre as diversas parcelas que compõem a dívida estadual, a dívida mobiliária é uma das que mais crescem. Os quatro estados mais desenvolvidos – São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro – são também os mais endividados. Em Abril de 1997, 88,5% dessa dívida, no valor de US\$ 40,1 Bilhões, eram de responsabilidade desses estados. Em Dezembro de 1988, esse saldo era de US\$ 4,3 Bilhões. Portanto, em menos de dez anos, a dívida cresceu quase 10 vezes.

Podem se apontar os seguintes fatores como os principais responsáveis pela evolução desse endividamento:

1. Mudanças nas características dos títulos;
2. Efeitos do Plano Collor. Entre os finais de 1989 e 1991, aconteceu o Plano Collor, com o estreitamento da liquidez financeira e o bloqueio dos ativos financeiros;
3. Efeitos das taxas de Juros;
4. A emissão de títulos para pagamento de precatórios judiciais;
5. Os critérios para a rolagem dos títulos.

O crescimento da dívida mobiliária acelerou-se notadamente a partir de 1989 com a vinculação dos títulos à taxa de rendimento do *overnight*. Essa vinculação tornou essa dívida vulnerável à elevação das taxas de juros, considerada necessária para conter a inflação. O impacto sobre a dívida agravou-se com a interpretação dada pelo Senado Federal ao conceito de atualização do valor do principal do título, tornando mais difícil a separação entre juros e principal. As autorizações dadas pelo Senado nas rolagens dos títulos, no vencimento destes, quase sempre superiores a noventa por cento, sem que houvesse a distinção entre juros e principal, contribuíram para que o saldo da dívida se avolumasse. As emissões para pagamento de precatórios judiciais foram outra fonte de crescimento dessa dívida.

Dívida com a União e instituições financeiras

Os problemas causados pela dívida pública elevada acabam refletindo no Governo Federal. Praticamente a cada dois anos se repetem renegociações de dívidas estaduais. Foram assim, em 1987 (Lei 7.614), 1989 (Lei 7.976), 1993 (Lei 8.727) e 1995 (Voto CMN 162). Em 1997 concretizou-se o primeiro contrato de renegociação dos estados, decorrente do Voto 162, envolvendo São Paulo e a União. Pela Lei 7.976/89, o tesouro nacional refinanciou as dívidas externas dos estados e de suas entidades que vinham sendo honradas pela União. O refinanciamento teve prazo de 20 anos, com 5 anos de carência para o pagamento principal. A origem dessas dívidas foram os empréstimos que o Governo Federal concedia aos Estados e suas entidades para pagamento do serviço da dívida externa entre 1983 e 1989.

A lei 8.727/93 possibilitou o refinanciamento das dívidas dos Estados e municípios com a União e suas entidades. As dívidas foram financiadas pelo prazo de 20 anos, podendo se estender por mais 10 anos. Foram estabelecidos limites de comprometimento das receitas estaduais e municipais com o serviço dessa dívida, regulamentado por meio da resolução nº 11/94, de 31 de Janeiro de 1994. Se houvesse alguma folga financeira dentro desse limite deveria ser empregada para resgatar a dívida mobiliária.

A principal dívida de um governo estadual com instituições financeiras por ele controladas era a do Estado de São Paulo com o Banespa. Essa dívida vem de alguns anos, embora somente no período recente tenha havido um processo de centralização da dívida na administração direta.

REFORMAS ESTRUTURAIS

Ao longo da existência do Plano Real, as contas do setor externo e do setor público se deterioraram de forma acelerada, principalmente a partir de março de 1995, quando o governo, coerente com a sua estratégia de estabilização, teve de elevar as taxas de juros para enfrentar a fuga de capitais decorrente da crise do México. Desde esse momento, os déficits, operacional e nominal, cresceram e a dívida pública deu saltos sucessivos.

Num ambiente com taxas de juros de quase 30% ao ano, a dívida líquida total do setor público, que em 1994 se situava em torno de R\$ 153 bilhões – correspondendo a 29,2% do PIB – alcançou, em Dezembro de 1998, mais de R\$ 388 bilhões, o que representou 42,6% do PIB. A interpretação das autoridades econômicas é de que essa evolução negativa das contas externas e públicas se explica pelo fato de o Governo em suas três instâncias - Governo Federal, Estadual e Municipal -, gastar mais do que o montante que arrecada em tributos.

Assim por este raciocínio, o excesso de gastos do setor público vem determinando, de um lado a fixação de taxas de juros elevadas para se atender aos poupadores que financiam o déficit público e de outro, o que é ainda pior, o crescimento do déficit externo. Portanto o desempenho do setor público seria o principal responsável pelo desequilíbrio interno e externo da economia, bem como a maior ameaça para a estabilidade da moeda e a principal restrição para se obter maiores taxas de crescimento da economia – uma vez que ele “não consegue viver com seus próprios meios.”

Portanto a solução, repetida insistentemente pelo Governo, encontrar-se-ia num ajuste fiscal radical, entendido como corte de despesas correntes e aumento de receitas, que propiciasse cortar esse excesso, garantindo-se, ao mesmo tempo, a estabilidade dos preços, a melhora do desequilíbrio externo, a queda da taxa de juros e um maior crescimento do PIB. Diante da necessidade de conter a expansão da dívida pública, não restava outra saída que encarar a hora da verdade de implementar um forte ajustamento, o que por sua vez – juntamente com a mudança de regime cambial – permitiria uma queda das taxas de juros, trazendo um duplo benefício para as contas públicas, tanto pela melhoria do resultado primário, como pela queda das despesas financeiras.

O país enfrentava dois sérios problemas: o fiscal – com uma dívida pública crescente e preocupante; e o segundo, o problema externo – com um déficit com conta corrente que ameaçava atingir 5% do PIB, nas projeções iniciais feitas para o ano seguinte. Somente entre agosto e setembro de 1998 houve uma perda de 29 bilhões nas reservas brasileiras provocada pela conjuntura internacional, destaque para as crises no Sudeste Asiático e na Rússia.

O governo então inicia as negociações com o FMI para obter um pacote emergencial, pois o risco de um colapso externo era eminente. Além dessa instituição outros organismos multilaterais – Banco Mundial e BID; e dos tesouros das principais potências mundiais. O valor fornecido foi de US\$ 42 Bilhões, em troca o governo brasileiro deveria:

- Manutenção da política cambial – de microdesvalorizações nominais da ordem de 0,6% ao mês, em um contexto virtualmente sem inflação.
- Ajuste fiscal destinado a obter um superávit primário do setor público consolidado de 2,6% do PIB em 1999. Complementado por metas primárias de 2,8% e 3% do PIB nos dois anos subsequentes, como parte de um programa trienal para 1999/2001.

A aprovação desta negociação ocorreu em dezembro de 1998 em Washington, mas nesse mesmo momento ocorreram dois fatos importantes na conjuntura nacional: O Congresso Nacional derrubava uma das principais propostas de ajuste fiscal. E em janeiro de 1999 o Estado de Minas Gerais declarou moratória da sua dívida com o governo Federal. Apesar de não afetar os pagamentos externos, em especial o empréstimo feito com o FMI, a leitura que as instituições internacionais fizeram do Brasil a partir destas situações provocaram um efeito negativo ainda maior nas reservas financeiras do País. A imagem de um país, que depois de tomar o dinheiro do FMI, não cumpria os seus compromissos e dava “calote” nas suas dívidas, que tanto marcara o Brasil no passado, voltou a dominar a avaliação dos analistas estrangeiros. Em tais circunstâncias, a perda de reservas em alguns dias chegou a ser de mais de US\$ 1 bilhão/dia, o que compeliu o governo a deixar o câmbio flutuar em 15 de janeiro de 1999, o que, na prática, representou uma MAXIDESVALORIZAÇÃO.

Em 1998, a dívida interna líquida do Governo Central era de 19,4% e a dívida líquida total do setor público era 38,9%. A dívida mobiliária do governo central, ou seja, a dívida em títulos era de 32,2% do PIB no final de 1998, o que representava um aumento expressivo em relação aos 11,7% do PIB de final de 1994. A tendência era que esses coeficientes

umentassem em 1999, com a combinação prevista de déficit e estagnação do PIB, como já foi explicado. Havia um medo de que se repetisse a dose do plano Collor de 1990, e em algum momento, congelar as poupanças financeiras, como forma de bloquear o aumento da dívida pública. No final de janeiro de 1999 o medo de uma nova moratória gerou uma corrida aos bancos.

A ampliação do esforço fiscal explicava-se por dois motivos: O país tinha sofrido uma perda de credibilidade e isso no momento em que o acordo foi negociado era uma exigência da comunidade internacional, que tinha se comprometido em emprestar dezenas de bilhões de dólares para o Brasil. E segundo, como a dívida pública tinha crescido com a própria desvalorização era natural que o superávit primário necessário para estabilizar ou diminuir a relação dívida/PIB – superávit esse que é uma função direta dessa relação – também sofresse uma revisão para cima.

Um fato relevante a ser registrado é que, embora o ajuste primário fosse peça essencial do acordo de dezembro de 1998, nele a meta fiscal era representada pela NFSP. Na terminologia do FMI, as chamadas “metas indicativas” se referem a variáveis macroeconômicas importantes, cujo cumprimento, porém não condiciona a liberação dos desembolsos futuros de um programa de apoio. Já os denominados “critérios de desempenho” são o “termômetro” que mede o cumprimento ou não do acordo por parte de um país. Este pode não cumprir com as metas indicativas, mas caso não respeite os critérios de desempenho, arrisca-se a ter os desembolsos futuros suspensos – com tudo o que isso implica em termos de imagem – ou a pedir um *waiver* – uma espécie de “perdão” – ao *board* do FMI, o que deixa o país dependendo da boa vontade do mesmo na aceitação ou não desse pedido. No primeiro acordo – no qual o resultado primário era apenas uma meta indicativa -, como o critério de desempenho era dado pela NFSP, um aumento das taxas de juros, forçosamente, teria que ser acompanhado de uma mudança compensatória do superávit primário – ou, alternativamente, sujeitar o Brasil a um pedido de *waiver* ou à suspensão dos empréstimos.

No período de 1995/1998, muito se falou na necessidade de aprovar as chamadas “reformas estruturais”, como forma de resolver “definitivamente” o problema fiscal brasileiro. Porém, tais reformas não se traduziram em uma melhoria efetiva das contas públicas por alguns motivos. As reformas foram insuficientes e as mais importantes delas – administrativa e previdenciária – só foram aprovadas em 1998. Sem contar que os efeitos dessas medidas muitas vezes só podem ser observados ao longo do tempo. Outro motivo foram os problemas enfrentados pela economia brasileira, em particular a partir de 1998, o que tende a piorar o resultado das contas públicas, nesse caso não por um aumento nos gastos, mas por uma redução das receitas. Entretanto, a partir de 1999, apesar da estagnação da economia, algumas medidas importantes foram tomadas, destacando três em especial: as reformas da Previdência Social, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o amadurecimento do ajuste dos Estados.

Em 1999, a estratégia do Governo Federal de ir fechando aos poucos as fontes de “vazamentos” de financiamento do déficit de Estados e Municípios, mais especificamente dos primeiros, foi testada, pois vários governadores tencionaram uma renegociação da dívida que tinha acabado de ser renegociada nas administrações anteriores. A postura firme do governo, apesar de ceder a algumas reivindicações, fez com que ele conseguisse honrar os termos do compromisso firmados a partir dos acordos bilaterais negociados durante 1997/1998 com cada um dos Estados, que pagaram seus compromissos em dia.

A mudança mais importante acontecida em 1999 foi a mudança de atitude do governo, do Congresso Nacional e do público em geral a respeito da necessidade de ter – e respeitar - metas fiscais. A idéia de ter parâmetros fiscais, ou seja, estabelecer limites máximos para o déficit nominal, ou limites para mínimos para o superávit primário, já discutido por analistas

anteriormente, mas sem ter nenhum eco até então, passou a ser encampada pelas autoridades e incorporou – se à racionalidade do jogo político, Alguns fatores contribuíram decisivamente para isso, uma delas foi a crise externa vivida pelo Brasil no final de 1998 e início de 1999 e a necessidade de um acordo com o FMI. O sentimento fundamental para que este acordo fosse cumprido era o temor de que ocorresse uma nova fuga de capitais. O grande desafio colocado para o país, em médio prazo passou a ser o de conservar o padrão de austeridade fiscal do FMI, mas sem ter para isso que assinar um acordo com esse organismo multilateral.

No contexto de vigência de metas fiscais 1999/2001, houve uma mudança naquilo que podemos chamar de “variável de ajuste”. Anteriormente, as pressões por mais gastos não tinham qualquer contrapartida, com isso caso houvesse um desajuste havia um aumento no déficit público. Já com as metas, havendo uma frustração de receita ou uma pressão por gastos adicionais, alguns impostos teriam que ser aumentados e/ou outros gastos teriam que cair, para respeitar a meta inicialmente traçada. Houve uma verdadeira mudança de regime para a administração pública brasileira. Analisaremos a partir de agora as mudanças que ocorreram na Bahia a partir do Ajuste Fiscal que foi estabelecido.

ESTADO DA BAHIA NO PROCESSO DE AJUSTE FISCAL

Para a implementação do Programa de Ajuste Fiscal no Estado da Bahia e a definição das metas, seria necessário um diagnóstico da situação Financeira do Estado e, para tanto, a STN efetuou, em 1998, a primeira avaliação do Governo do Estado da Bahia, chegando às seguintes conclusões:

- O Estado da Bahia apresentou nos anos de 1995 a 1997, déficits primários que, embora preocupantes, não chegavam, necessariamente, a comprometer sua situação financeira. O Estado da Bahia apresentou sucessivos resultados primários deficitários no triênio 1995 – 1997, o equivalente, respectivamente, a R\$ 10 milhões, R\$ 177 milhões e R\$ 491 milhões, correspondendo a um valor próximo a 0,01% da RLR no primeiro ano, a 5% no segundo e 14% no terceiro. Boa parte dessas despesas era com pessoal, os gastos com investimentos também serviram para manterem elevadas as despesas no mesmo período;
- O esforço observado, a partir de 1995, no sentido de elevar as taxas de crescimento real da receita tributária e a manutenção das despesas de pessoal em patamar inferior ao limite legal de 60% da Receita Corrente Líquida – RCL, não tinha conseguido eliminar o desequilíbrio;
- O Estoque da Dívida Financeira do Estado totalizava, em 31 de Dezembro de 1997, R\$ 5.307 milhões, sendo que deste montante, 8 5% constituíam dívidas financiadas junto ao tesouro Nacional;
- O estoque da dívida nominal experimentou um crescimento de 21%, entre 1995 e 1996, e de 8% no período de 1996 e 1997;
- Assim conduzindo as decisões na direção do ajuste fiscal do Estado da Bahia, em Julho de 1997, foram adotadas medidas, visando reduzir o tamanho do Estado, com a venda da COELBA, que resultou numa arrecadação de R\$ 1,73 bilhões, valores estes que, depois de deduzidas as despesas com a privatização, resultaram em um montante líquido de R\$ 1,547 bilhões.

Diante daquela situação, entendeu-se que os esforços deveriam ser aprofundados nos anos seguintes, para assegurarem o equilíbrio estrutural de suas finanças a médio e a longo prazo. Este entendimento ocorreu quando o Estado da Bahia formalizou sua adesão ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados.

Em 18 de Setembro de 1998, o Governador da Bahia subscreve um conjunto de medidas com os objetivos, as metas, a estratégia e as ações do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado da Bahia. As diretrizes e compromissos foram acertados entre o Governo do Estado e o Governo Federal mediante protocolo firmado em março de 1997. O conjunto de medidas foi apresentado em duas seções onde a seção I sintetiza o resultado esperado do Programa e a seção II descreve a estratégia de política fiscal e as ações específicas, nas quais o Governo do Estado concentrará seus esforços, considerando a avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional sobre a situação financeira do Estado. O programa seria acompanhado mensalmente pelo Governo Federal através de balancetes, e, anualmente, através de missões para verificação técnica, que poderia, com base em parâmetros macroeconômicos vigentes à época, repactuar os compromissos do Programa para o triênio seguinte.

Objetivos e Metas do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de longo prazo

As metas do Programa acertado com o Governo Federal objetivam atingir o equilíbrio fiscal que, no âmbito da Lei 9.496/97, compreende compromissos quanto a: dívida financeira em relação à RLR; resultado primário, entendido como as diferenças entre receitas e despesas não financeiras; despesas com funcionalismo público; arrecadação de receitas próprias; privatização, permissão ou concessão de serviços públicos, reforma administrativa e patrimonial; e despesas de investimento em relação à RLR, conforme apresentado abaixo:

Meta nº 1 – O objetivo era alcançar, até 2008, um valor da dívida não superior à receita líquida real.

Meta nº 2 – Resultado primário negativo de R\$ 308 milhões em 1998, e positivo de R\$ 70 milhões e R\$ 250 milhões em 1999 e 2000, respectivamente.

Meta nº 3 – Relação máxima de gasto com pessoal e RCL inferior a 60%.

Meta nº 4 – Receitas próprias (tributárias) – crescimento mínimo de 3,88, 3,12 e 3,12 para os anos de 1998 a 2000.

Meta nº 5 – Esta mete só foi estabelecida a partir do ano de 2000, por isso não constou no documento firmado pelo Governador em 18 de Setembro de 1998.

Meta nº 6 – Relação Máxima de gastos com investimento em relação à RLR em 27% no ano de 1998 e 20% nos anos de 1999 e 2000.

O programa que viabilizasse a sustentação financeira do Estado, no longo prazo, foi concebido dentro de uma estratégia global de financiamento e aumento da eficiência e da estabilidade do Governo, como segue:

- Consolidação e Refinanciamento da Dívida Financeira do Estado junto à União;
- Comprometimento em financiar a dívida do Estado, até o valor de R\$ 1,353 bilhões, destinados aos ajustes prévios para saneamento do Sistema Financeiro Estadual;
- Continuidade da reforma administrativa e do programa de desestatização, com privatização de empresas e concessão de serviços, visando a reciclagem de ativos e,

como fonte de financiamento a investimentos prioritários, além de racionalizar a participação do governo na economia, melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à comunidade, minimizando transferências do tesouro estadual à administração indireta;

- Adequação dos níveis de investimento a patamares compatíveis com as demandas atuais e de infra-estrutura prioritária para o desenvolvimento econômico e social do Estado, porém mantendo resultados primários positivos e estáveis;
- Manutenção dos gastos com pessoal ao nível que permita ao Estado continuar atendendo ao previsto em lei;
- Esforço de arrecadação tributária para diminuir a evasão fiscal e aumentar a receita própria do Estado, inclusive pela implementação do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal dos Estados Brasileiros.

RESULTADOS

O Estado da Bahia ao firmar contrato com o Governo Federal optou pelo regime fiscal de “restrição orçamentária rígida”, que se baseia na definição de um teto rígido de gastos que, dada uma previsão conservadora de receita e uma certa meta de déficit, condiciona a satisfação das demandas à existência de recursos ou a um aumento apenas moderado do endividamento. Neste caso, a despesa se adapta à restrição orçamentária. Desta forma, o Estado evoluiu significativamente nos resultados alcançados. O resultado primário, principal meta do governo, cujas variáveis dependem basicamente da gestão do Estado, no ano de 1998, ficou negativo em R\$ 502 milhões, diminuindo para R\$ 124 milhões negativos em 1999, passando a positivo no ano de 2000, no valor de R\$ 355 milhões, e no ano de 2001 no valor de R\$ 603 milhões, indo a consolidar esta tendência de resultado positivo em 2002, com um valor de R\$ 711 milhões, evidenciando desta forma, uma mudança cultural e de atitude do Governo do Estado da Bahia, ao perseguir os objetivos de atender as metas pactuadas com a Secretaria Nacional do Tesouro.

Podemos concluir dessa forma que nos períodos de 1998 a 2002 ocorreu um ajuste fiscal no Estado da Bahia pelo crescimento das receitas e redução das despesas. Outro fator importante para que acontecesse o ajuste, foram às reformas estruturais, que levaram a privatizações e fusões de Órgãos e Entidades, estancando gargalos de gastos e auferindo ganhos com venda de ativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL/DEDIP. *Boletim das finanças estaduais e municipais*. Diversos Números.

BRASIL, Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Programa de Estabilidade Fiscal**. Brasília, outubro 1998.

BRESSER – PEREIRA, Luís Carlos. **A crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Ed. 34, 1996a.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP 2000.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2006. 3ª Ed.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A Economia Política do Governo Lula**. São Paulo: Boitempo, 2007. 2ª Ed.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas**: Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público**: Uma abordagem Introdutória. Atlas: 2002.

SANTOS, Reginaldo Souza. **A economia política contemporânea e o pouco que sabemos**. 1998. 28 f. Documento de trabalho n. 2/98. Lisboa, Portugal: Universidade Técnica de Lisboa/SEG/CEDIM, 1998.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Disponível em [HTTP://www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)